

194  
Jull

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

ATA 04/84

001. Aos vinte e três dias do mês de abril de mil novecentos e oiten  
002. ta e quatro, às quatorze horas e trinta minutos, no Gabinete do  
003. Reitor, realizou-se uma Reunião Ordinária do Conselho Coordena-  
004. do do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -, convocada e  
005. presidida pela Profª Clinéa Campos Langlois, Vice-Reitora desta  
006. Instituição. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Prof.  
007. Ruy Brasil Barbedo Antunes, Prof. Eduardo Allgayer Osório,  
008. Profª Élide Minioni, Prof. Rubens Bellora, Prof. Elio Kersten,  
009. Prof. Silvio Brauch, Profª Carmen Anselmi Duarte da Silva, Prof.  
010. Claudio Borba Gomes, Profª Antonina Zulema D'Avila Paixão e a  
011. Acadêmica Maria Rosilane Romero. Deixou de comparecer o Acadêmi-  
012. co Mauricio Echert, Representante discente. Havendo número le-  
013. gal de Conselheiros, a Senhora Presidente deu por aberta a ses-  
014. são, passando de imediato a ORDEM DO DIA - ITEM I - APROVAÇÃO  
015. DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR - ATA 03/84 - Colocada em discussão  
016. foi a mesma aprovada com a retificação da Senhora Presidente, re-  
017. ferente ao Processo de nº 23110.000685/83-2 da Faculdade de Me-  
018. dicina, Departamento de Clínica Médica. Neste processo um despa-  
019. cho do Magnífico Reitor transfere a data do concurso para Pro-  
020. fessor Auxiliar de Clínica Médica, para 24.04.84. A Senhora Pre-  
021. sidente esclareceu a razão da transferência do Concurso dizendo  
022. que nas Normas para Concurso de Professor Auxiliar consta que a  
023. banca examinadora deve ser constituída por dois professores da  
024. Universidade Federal de Pelotas e um professor de fora da Uni-  
025. versidade. Esta exigência não havia sido cumprida e devido à  
026. exiguidade de tempo, visto que uma alteração na composição da  
027. banca examinadora implicará em consulta ao Departamento de Clí-  
028. nica Médica, ao Conselho Departamental da Faculdade de Medici-  
029. na, à Comissão de Concurso do COCEPE e, finalmente, ao Conselho  
030. Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, a única alter-  
031. nativa seria adiar a realização do concurso. A seguir a Senhora  
032. Presidente disse que a Presidência do COCEPE de posse do Proces-  
033. so nº 23110.000688/83-2, encaminhou à Comissão de Concurso para  
034. análise, sendo que o parecer da Comissão opina favoravelmente  
035. pela homologação da nova Banca Examinadora. ITEM 2 - PROCESSOS  
036. EM PODER DOS RELATORES - RELATOR: Conselheiro RUY BRASIL BARBE-  
037. DO ANTUNES - 1. PROCESSO Nº 23110.002544/84-6 - COORDENADOR DO  
038. CURSO DE METEOROLOGIA - Encaminha expediente à Pró-Reitoria Aca-  
039. dêmica e de Assistência informando que foi retirado do históri-  
040. co escolar dos alunos deste curso, após decisão dos membros do  
041. Colegiado, o Trabalho de Conclusão de Curso e a Pró-Reitoria -  
042. Acadêmica e de Assistência encaminha ao COCEPE porque caracteri-  
043. za uma alteração curricular. Disse o Relator que isto já é uma  
044. reivindicação dos alunos de Meteorologia, porque a experiência  
045. não foi das mais exitosas. Em face disto a Comissão de Graduação



195  
jul

346. nada tem a opor quanto à solicitação do Colegiado de Curso de  
347. Meteorologia. Colocado em discussão o parecer do Relator foi  
348. o mesmo aprovado pela unanimidade dos Conselheiros que o refe-  
349. rido processo baixe em diligência ao Colegiado de Curso de Me-  
350. teorologia para explicar as razões da retirada do Trabalho de  
351. Conclusão de Curso do Currículo. 2. PROCESSO Nº 23110.001589/  
352. 84-6 - COORDENADORA DO CURSO DE NUTRIÇÃO - Envia ofício soli-  
353. citando alterações curriculares, sendo que esta solicitação  
354. está embasada em uma série de subsídios que a Pró-Reitoria Aca-  
355. dêmica e de Assistência forneceu ao curso porque ela diz res-  
356. peito a retirada de co-requisitos. Estes co-requisitos esta-  
357. vam trazendo dificuldades para alguns alunos no sentido de -  
358. prorrogar seu tempo de permanência na Universidade. Posterior-  
359. mente solicita que conste no currículo Genética Humana I, Es-  
360. tudo dos Alimentos, Parasitologia e Fisiologia II, como pré-  
361. requisitos da disciplina de Administração de Serviços de Ali-  
362. mentação. Finalmente solicita que se elimine o nome de Unida-  
363. de Curricular, que é uma questão que já veio ao COCEPE mais  
364. de uma vez, suscitando uma série de problemas esta adequação  
365. do curso de Nutrição em unidades curriculares. O aluno se ma-  
366. triculava nesta Unidade Curricular e esta se constituía num con-  
367. junto de disciplinas. A Comissão de Graduação do COCEPE mani-  
368. festa-se favoravelmente à solicitação do Colegiado de Curso,  
369. tendo em vista as considerações constantes deste processo ad-  
370. mitidas pelo Diretor do Departamento de Administração Acadêmi-  
371. ca da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência. Colocado em  
372. discussão o parecer do Relator foi o mesmo aprovado. 3. PRO-  
373. CESSO Nº 23110.002554/84 - Solicitação da Faculdade de Agrono-  
374. mia Eliseu Maciel no sentido de que seja autorizada a movimen-  
375. tação do Prof. FLÁVIO AUGUSTO DA COSTA QUINTANA da Universida-  
376. de Federal de Santa Maria - Disse o Relator que este assunto  
377. é regimentalmente previsto, tendo como procedimento normal a  
378. aprovação do Departamento de origem, a aprovação no Conselho  
379. Departamental da Unidade e posteriormente a aprovação pelo  
380. COCEPE. O processo seguiu todos os trâmites legais e a Comis-  
381. são de Graduação exarou o seguinte parecer: Dada a afirmativa  
382. do Magnífico Reitor sobre a existência de vaga, a Comissão se  
383. manifesta favoravelmente à movimentação do Prof. FLAVIO da  
384. Universidade Federal de Santa Maria para nossa Universidade  
385. na classe docente de Professor Adjunto. 4. Colocado em discussão  
386. o parecer do Relator, a matéria foi amplamente discutida en-  
387. tre os Conselheiros, tendo o relator explicado que esta movi-  
388. mentação é uma transferência e que o pedido do professor foi  
389. exaustivamente analisado pelo Departamento de Ciência Sociais  
390. e Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, que con-  
391. cluiu pela efetivação da movimentação do professor, por jul-  
392. gar imprescindível para tornar viável a execução de um plane-  
393. jamento amplo do Departamento. Disse ainda o Relator que o re-  
394. ferido professor em seu ofício junta o reconhecimento do títu-  
395. lo de PhD pelo CEPE/UFSM, o Curriculum Vitae e Curriculum  
396. Acadêmico, além dos Cursos de Mestrado em Viçosa/MG e Mestra-  
397. do em Illinois USA. Colocado em votação o parecer do Relator  
398. foi aprovado pela maioria com apenas duas abstenções. 4 - PRO-  
399. CESSO Nº 23110.001598/84-5 - DENISE AQUINO ALVES MARTINS - Re-  
400. quer que seja revisto seu pedido de reoferta da disciplina de

11



101. Natação II no primeiro semestre e Natação III no segundo semes-  
102. tre, em vista do seu pedido ter sido recusado pelo Departamen-  
103. to de Desportos da Escola Superior de Educação Física. A Comis-  
104. são de Graduação baixou o processo em diligência ao Coordena-  
105. dor do Colegiado de Curso da Escola Superior de Educação Físi-  
106. ca para esclarecimentos prévios sobre o assunto. O Coordenador  
107. do Colegiado de Curso da Escola Superior de Educação Física es-  
108. clareceu que foi solicitado pela aluna a reoferta apenas de Na-  
109. tação II para este semestre, enquanto nada consta em relação a  
110. Natação III para o segundo semestre de 1984. Informa ainda o  
111. alto custo da locação da piscina, para apenas uma aluna e a im-  
112. praticabilidade de locação e carga horária dos docentes. A Co-  
113. missão de Graduação solicitou a Secretaria Geral dos Cursos  
114. que a requerente cursou no segundo semestre de 1983 a discipli-  
115. na de Natação II sendo reprovada. Em vista disto, a Comissão  
116. de Graduação exarou o seguinte parecer: Dado o fato de a reque-  
117. rente já haver tido oportunidade de cursar a disciplina e ten-  
118. do sido reprovada e dada a não disponibilidade docente do De-  
119. partamento em reofertar a disciplina, a Comissão se manifesta  
120. pelo indeferimento do recurso. Colocado em discussão o parecer  
121. do Relator foi o mesmo aprovado. 5 - PROCESSO Nº 23110.001403/  
122. 84-0 - CLEBER MOTTA SCHEIN - Solicita ao COCEPE a anulação do  
123. exame final de P.O.S. II e a realização do mesmo em uma nova da-  
124. ta. Alega o aluno que vinte e duas horas antes da realização  
125. do exame final, soube o resultado da última verificação e, por  
126. tanto, soube que teria que prestar exame, embora este exame já  
127. estivesse marcado com anterioridade de muitos dias. Ocorre, en-  
128. tretanto, que neste dia tinha outro exame, exame de Psicologia  
129. Médica. O requerente recorreu ao Coordenador do Colegiado de Cur-  
130. so que entrou em contato com Departamentos e regentes de disci-  
131. plinas para tentar acertar a situação, chegando ambos a um re-  
132. lativo acerto, no sentido de que o aluno realizasse o exame da  
133. disciplina de Psicologia Médica e posteriormente faria o outro  
134. exame. No primeiro exame logrou aprovação, sendo reprovado no  
135. segundo. Em virtude disto ele se insurge contra a questão di-  
136. zendo que não teve tempo para se preparar devidamente para a  
137. prova. O Departamento em seu parecer alega que o aluno, pelas  
138. notas que já obtivera, ou seja, 6,7; 3,5; 4,8 e 6,4, o mesmo já  
139. poderia prever que deveria prestar exame, alegando também o  
140. Departamento que não limitou o tempo da prova, ficando livre o  
141. aluno para fazer a prova no tempo que quizesse; em última aná-  
142. lise, este aluno tinha pleno reconhecimento de sua situação -  
143. acadêmica. Em vista do exposto, a Comissão de Graduação - dian-  
144. te dos esclarecimentos prestados pelo Departamento no processo  
145. nº 23110.003004/83-7, a este apensado - entende que não proce-  
146. dem as alegações dos requerentes. Colocado em discussão o pare-  
147. cer do relator foi o mesmo aprovado. RELATOR - Comissão de  
148. Concurso - 6 - PROCESSO Nº 23110.0001225/83-2 - INSTITUTO DE  
149. BIOLOGIA - Departamento de Fisiologia e Farmacologia - Encami-  
150. nha expediente onde apresenta os programas e tipos de provas  
151. para o Concurso de Professor Auxiliar. A Comissão de Concurso  
152. opina favoravelmente à homologação dos programas e tipos de  
153. provas. 7 - PROCESSO Nº 23110.000377/84-5 - INSTITUTO DE BIOLO-  
154. GIA - Departamento de Microbiologia e Parasitologia - Envia -  
155. programa e tipos de provas para o concurso de Professor Auxili



197  
Jan

156. ar. A Comissão de Concurso opina favoravelmente à homologação'  
157. dos programas e tipos de provas. 8 - PROCESSO Nº 06688 - FACUL  
158. DADE DE ODONTOLOGIA - Departamento de Semiologia e Clínica.  
159. Encaminha os programas e tipos de provas para o Concurso Públi  
160. co de Professor Auxiliar. A Comissão de Concurso é pela homolo  
161. gação do programa e tipos de provas. 9 - PROCESSO Nº 06818 -  
162. INSTITUTO DE BIOLOGIA - Área de Anatomia Humana - Apresenta os  
163. programas e os tipos de provas ao Concurso de Professor Auxili-  
164. liar. A Comissão de Concurso é pela homologação dos programas'  
165. e tipos de provas. 10 - PROCESSO Nº 23110.000093/84-7 - DEPAR-  
166. TAMENTO DE ZOOLOGIA E GENÉTICA - Encaminha os programas e tí-  
167. pos de provas. A Comissão de Concurso é pela homologação dos '  
168. programas e tipos de provas: a) títulos, b) didática; c) escri-  
169. ta; d) entrevista. 11 - PROCESSO Nº 23110.000321/84-0 - FACUL-  
170. DADE DE MEDICINA - Encaminha expediente para o Concurso de Pro  
171. fessor Auxiliar no Departamento de Cirurgia Geral, onde consta  
172. os tipos de provas e programas. A Comissão de Concurso é pela '  
173. homologação dos tipos de provas e programas. 12 - PROCESSO Nº  
174. 09483/83 - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - Encaminha a indi-  
175. cação da Comissão Examinadora do Concurso Público para provi-  
176. mento de Professor Auxiliar para o Departamento de Arquitetura  
177. e fixa as datas de 26, 27 e 28 de março para a realização do  
178. mesmo. A Comissão opina pela homologação. 13 - PROCESSO Nº  
179. 23110.000227/84-3 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA - Departamento de  
180. Cirurgia, Traumatologia Prótese Buco-Maxilo-Facial. Encaminha '  
181. o parecer da Comissão Examinadora do Concurso Público para es-  
182. te Departamento, área de Cirurgia, em que foi habilitada a can-  
183. didata CÂNDIDA BEATRIZ GONÇALVES BORGES. A Comissão é pela ho-  
184. mologação do resultado do Concurso. 14 - PROCESSO Nº 23110.00-  
185. 1884/84-8 - FACULDADE DE DIREITO - Encaminha relatório do con-  
186. curso público de Professor Auxiliar na área de Medicina Legal '  
187. do Departamento de Direito Penal, em que foi habilitado o can-  
188. didato ALCINO ALCÂNTARA FILHO. A Comissão opina favoravelmente  
189. à homologação. 15 - PROCESSO Nº 23110.002309/84-7 - DEPARTAMEN  
190. TO DE ARQUITETURA - Encaminha parecer final do Concurso Públi-  
191. co para provimento de Professor Auxiliar na área de Planejamen  
192. to Arquitetônico, sendo classificada a candidata ANA LUCIA COS  
193. TA DE OLIVEIRA. A Comissão é pela homologação do resultado do  
194. concurso. 15 - PROCESSO Nº 23110.000948/84-2 - INSTITUTO DE FÍ  
195. SICA E MATEMÁTICA - Envia relatório da Comissão Examinadora do  
196. Concurso Público para Professor Auxiliar junto ao Departamento  
197. de Física, área de Meteorologia Marítima e Aeronáutica sendo -  
198. habilitados os candidatos JOÃO CARLOS DAGNONI PRADO, para a  
199. área de Meteorologia Física e PAULO NOBRE para a área de Meteo-  
200. rologia Marítima e Aeronáutica. A Comissão é pela homologação '  
201. dos concursos. Colocado em discussão os pareceres da Comissão  
202. de Concurso foram os mesmos aprovados. O Conselheiro Ruy Bra  
203. sil Barbedo Antunes disse que iria fazer uma pequena exposição  
204. sobre a criação de novos cursos na Universidade, dizendo que  
205. a criação destes novos cursos é uma política decorrente da -  
206. aprovação do Plano de Desenvolvimento que prevê a questão da  
207. expansão das vagas. A idéia inicial da Reitoria, ou mais espe-  
208. cificamente do próprio Reitor, era de que os cursos atuais de-  
209. veriam ter aumentados o número de vagas. Realmente isto foi -  
210. feito, alguns cursos tiveram o número de vagas aumentadas, mas

AA



198  
jul

211. verificou-se que esta política dificilmente poderia ter prosse-  
212. guimento porquanto este aumento de vagas dos cursos atuais to-  
213. mados por uma série de razões e limitações, que as próprias -  
214. unidades que os cursos estavam vinculados, encontraram. Esta -  
215. expansão de vagas a custa dos cursos existentes chegou ao seu  
216. limite natural. O problema de se dar sequência a execução da-  
217. quilo que estava disposto no Plano da Universidade, seria lo-  
218. grar somente a expansão de vagas e matrículas através da cria-  
219. ção de novos cursos, sobretudo aqueles cursos em áreas onde -  
220. fosse possível criar estes cursos novos, a exemplo do que já  
221. ocorreu com o Curso de Letras - com um baixo dispêndio de re-  
222. cursos, tanto materiais, financeiros ou humanos - citando como  
223. exemplo o caso da criação do Curso de Comunicação Visual, do  
224. próprio Curso de Letras e Artes, como também o Curso de Filoso-  
225. fia, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, onde se vê -  
226. que se pode realmente criar novos cursos sem necessidade de -  
227. significativo aumento de recursos. É evidente que de algum re-  
228. curso a mais sempre se necessitará, caso de material de consu-  
229. mo, apoio administrativo e em alguns cursos expressamente já -  
230. mencionados pelas Unidades que pretendem criá-los a necessida-  
231. de de contratação de novos docentes. Fundado nesta política -  
232. que é do Plano de Desenvolvimento a própria Pró-Reitoria Acadê-  
233. mica e de Assistência solicitou em mais de um caso, às Unida-  
234. des, que montassem projetos de cursos novos, sendo um dos ca-  
235. sos o Curso de Fisioterapia e o outro o Curso de Comunicação -  
236. Visual. Outro fato interveniente neste processo, é a realiza-  
237. ção do Concurso do Vestibular de Inverno, já acertado em fun-  
238. ção da aprovação do Curso de Letras; achou-se também interes-  
239. sante que este vestibular, já que vai ser oferecido de qual-  
240. quer forma ao Curso de Letras, contivesse mais um curso, sendo  
241. que o vestibular assim ficaria mais atrativo e tivesse mais -  
242. candidatos, inclusive que o seu custo fosse minimizado por ha-  
243. ver maior número de candidatos, porque o custo de vestibular é  
244. mais ou menos o mesmo no tocante a termos um ou mais cursos. -  
245. Acha que o vestibular voltado somente ao Curso de Letras teria  
246. uma baixa demanda e talvez não fosse interessante para a ima-  
247. gem da Universidade. Aproveitou-se esta idéia de uma política  
248. já definida nos termos do Plano de Desenvolvimento, com a  
249. idéia da realização de novo vestibular, já aprovado pelo Magní-  
250. fico Reitor e Conselho Universitário, de oferecer alguns des-  
251. tes cursos ao concurso que irá se realizar no dia 8 de julho  
252. do corrente ano. Em vista disto a Comissão de Graduação do -  
253. COCEPE passou a examinar todos os projetos de criação destes  
254. novos cursos. 16 - PROCESSO Nº 23110.00193/84-1 - PROJETO DE  
255. CRIAÇÃO DO CURSO DE FILOSOFIA JUNTO AO INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
256. HUMANAS - Inicialmente disse que o processo está bem instruí-  
257. do, dizendo que este curso é de licenciatura, nos moldes clás-  
258. sicos dos cursos que se revestem em todo o Brasil, mas que em  
259. todo o caso a Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, antes  
260. da análise da Comissão de Graduação do COCEPE, solicitou um  
261. parecer prévio para um de seus órgãos, o Escritório de Desen-  
262. volvimento Acadêmico, solicitando análise do processo, com vis-  
263. tas à possibilidade de oferecimento do curso ainda no Concurso  
264. Vestibular de julho do ano corrente, oferecendo também subsídi-  
265. os para análise posterior da Comissão. O Escritório de Desen-



199  
out

266.volvimento Acadêmico exarou o seguinte parecer: Observamos -  
267.que, no presente processo, não constam as ementas das matéri-  
268.as de formação pedagógica, nem tampouco a disponibilidade da  
269.Faculdade de Educação e da Escola Superior de Educação Físi-  
270.ca para a ministração das disciplinas que lhe estão afetas. '  
271.Cabe lembrar, ainda, que a indicação dos docentes para minis- '  
272.trar aulas no Curso parece não atender, na totalidade dos ca-  
273.sos, às exigências da Resolução 20/77 do Conselho Federal de  
274.Educação. Disse o Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes que  
275.realmente o Instituto de Ciências Humanas apresentou todos os  
276.currículos dos professores, por solicitação da Pró-Reitoria '  
277.Acadêmica e de Assistência, sendo que em alguns casos estes -  
278.currículos não se adaptam muito bem às disciplinas dos profes-  
279.sores que pretendem lecioná-las. O Diretor do Instituto de -  
280.Ciências Humanas enviou a Pró-Reitoria Acadêmica e de Assis- '  
281.tência, um ofício solicitando a juntada deste ofício ao Pro- '  
282.cesso que trata da implantação do Curso de Filosofia nesta -  
283.Unidade, visando a facilitar sua tramitação. Pelo presente, '  
284.peço-lhe considerar que a aludida referência à participação -  
285.de docentes da Faculdade de Educação dispensa, momentaneamen-  
286.te, qualquer consulta à mencionada Unidade, eis que, sendo -  
287.ela impossível, sempre haverá condições de atendimento com -  
288.professores do Instituto de Ciências Humanas, conforme infor-  
289.mação do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e Depar-  
290.tamento de Estudos Brasileiros. Reitero que tal comunicação -  
291.tem a finalidade de apenas facilitar a tramitação no COCEPE '  
292.do referido Processo, postergando-se para outra oportunidade '  
293.a análise da participação da Faculdade de Educação, que será,  
294.em nosso entendimento, preferível sob vários aspectos. Disse '  
295.o Conselheiro que o Currículo prevê algumas disciplinas que  
296.estão afetas a Faculdade de Educação, não obstante o fato, o  
297.Diretor do Instituto de Ciências Humanas faz esta referência.  
298.A Comissão de Graduação do COCEPE emitiu o seguinte parecer: '  
299.Este processo enseja uma análise muito apurada de projeto de  
300.curso, porquanto sua montagem é bastante completa. Em que pe-  
301.se a excelente análise da professora chefe do Escritório de -  
302.Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de -  
303.Assistência, entende a Comissão que as considerações ali exa-  
304.radas, embora pertinentes, dizem mais respeito ao procedimen-  
305.to de reconhecimento do curso. Assim, o parecer da Comissão é  
306.favorável à criação do curso, devendo, no entanto, ficar con-  
307.dicionado seu efetivo oferecimento à manifestação das demais '  
308.Unidades envolvidas no curso com suas disciplinas, das quais,  
309.aliás, não faz referência o processo às suas ementas. Concedi-  
310.da a palavra a Conselheira Carmen Anselmi Duarte da Silva, es-  
311.ta primeiramente disse que queria fazer um comentário sobre o  
312.que foi explanado pelo Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes  
313.no tocante a política de criação de novos cursos que estava '  
314.na decorrência do fato de que o aumento do número de vagas pa-  
315.ra os cursos já existentes estariam saturados. Parece que de  
316.qualquer forma a criação de novos cursos é um assunto que me-  
317.receria um estudo bastante detalhado por parte do COCEPE, '  
318.porque, além da alternativa colocada pelo Conselheiro Ruy Bra-  
319.sil Barbedo Antunes, que o aumento de vagas por outros cursos  
320.estaria saturada, parece que seria o caso de examinar a ques-



121.tão da área física da Universidade, pois a criação de novos cur-  
122.sos implica muito mais no aumento de vagas nos cursos. Referiu-  
123.-se também com relação a contratação de novos docentes. Lembrou  
124.aos Conselheiros a dificuldade porque passa a Faculdade de Edu-  
125.cação no tocante a recursos humanos, dizendo que já foi alvo de  
126.solicitação a abertura de vaga para concurso nesta Faculdade. -  
127.Acha viável que o COCEPE faça uma Comissão para estudar mais de  
128.talhadamente a criação destes novos cursos colhendo neste estu-  
129.do, novos subsídios, para que se possa estudar melhor a criação  
130.destes novos cursos. O Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes -  
131.acha louvável a preocupação da Conselheira Carmen Anselmi Duar-  
132.te da Silva. Lembra entretanto, a Conselheira, que este assunto  
133.já foi alvo de debates no próprio COCEPE, embora o debate tenha  
134.sido pouco aprofundado. No tocante a área física foram mantidos  
135.contatos com os responsáveis pela organização dos novos cursos'  
136.como também com os diretores de Unidades e, segundo estes conta  
137.tos, não haveriam problemas no que se refere a disponibilidade  
138.de espaço físico. Com relação as licenciaturas que venham a se  
139.criar na Universidade é evidente que temos que analisar a sua -  
140.repercussão, como é o caso do curso de Filosofia em relação a  
141.Faculdade de Educação que é quem ministra as disciplinas de for-  
142.mação pedagógicas. Disse o Conselheiro que a Faculdade de Edu-  
143.cação necessita de mais docentes para atender esta área, sendo  
144.uma reivindicação antiga no COCEPE. Acha também que a Universi-  
145.dade tem fundamentalmente uma destinação social e esta é de -  
146.atender, da melhor maneira possível, as necessidades educacio-  
147.nais da região. Se existe pessoal disponível para que novos cur-  
148.sos possam funcionar, parece que proporcionar o funcionamento  
149.de novos cursos se encaixa perfeitamente bem nesta destinação -  
150.social da Universidade. Acha que as questões levantadas pela -  
151.Conselheira Carmen Anselmi Duarte da Silva são importantes, mas  
152.acha que as mesmas estão equacionadas no exame destes cursos -  
153.que aqui se propõem. Colocado ainda em discussão a criação do  
154.Curso de Filosofia no Instituto de Ciências Humanas, foi a maté-  
155.ria amplamente debatida entre os Conselheiros presentes onde,  
156.em sua maioria, optavam pela aprovação da criação do referido -  
157.curso. A Conselheira Carmen Anselmi Duarte da Silva fazendo uso  
158.da palavra, disse que não tem condições de aprovar, apesar de  
159.todos os aspectos apresentados serem bem argumentados, achando  
160.que a questão esbarra na situação referente a disponibilidade  
161.de recursos humanos na Faculdade de Educação. A seguir a Senho-  
162.ra Presidente colocou em votação o parecer da Comissão de Gra-  
163.duação do COCEPE sendo o mesmo aprovado pela maioria com um vo-  
164.to contra e uma abstenção. 17 - PROCESSO Nº 23110.002411/84-6 -  
165.PROJETO DE CURSO DE COMUNICAÇÃO VISUAL - Este projeto de curso  
166.é proposto pelo Instituto de Letras e Artes. Disse o Relator  
167.que o referido projeto é um projeto bastante completo, muito  
168.bem montado, ressaltando a criatividade da montagem do mesmo.  
169.Houve problemas quanto a currículos, que foi devidamente exami-  
170.nado, fazendo um resumo do que continha no referido projeto,  
171.após foi solicitado ao Escritório de Desenvolvimento Acadêmico  
172.para que o mesmo apresentasse seu parecer: Analisando o presen-  
173.te processo, entendemos não satisfeitas as exigências dos arti-  
174.gos 174, 179, item VII e 190 do Regimento desta Universidade.  
175.Registramos, ainda, que não foi possível examinar a qualificação  
176.e suficiência do corpo docente responsável pelas disciplinas do



201  
Deu

76.curso, considerando os critérios estabelecidos pela Resolução'  
77.nº 20/77 do Conselho Federal de Educação, uma vez que não cons  
78.tam do processo a relação dos professores responsáveis por dis  
79.ciplinas e os respectivos curricula vitae. A Comissão de Gradua  
80.ção do COCEPE emite o seguinte parecer: A Comissão exara pare  
81.cer favorável à criação do curso de Comunicação Visual que jul  
82.ga de relevante interesse para a região, mas condiciona o fun  
83.cionamento efetivo do curso, além da decisão do Conselho Uni  
84.versitário, a: 1º - Manifestação das demais Unidades envolvi-'  
85.das no curso, e 2º - Decisão da Reitoria, quanto ao atendimen  
86.to dos recursos necessários ao funcionamento do curso. A Conse  
87.lheira Antonina Zulema D'Avila Paixão teceu comentários sobre  
88.a criação do referido curso, pois participou da Comissão que -  
89.elaborou o projeto. Colocado em votação o parecer da Comissão'  
90.de Graduação do COCEPE, foi o mesmo aprovado por unanimidade.'  
91.18 - PROCESSO Nº 23110.001669/84-0 - PROJETO DE CRIAÇÃO DO  
92.CURSO DE GRADUAÇÃO EM ANÁLISE POLÍTICA, proveniente do Institu  
93.to de Sociologia e Política. Disse o Relator que este curso -  
94.exige um esclarecimento inicial pois é um curso que ainda não  
95.possui currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Edu  
96.cação, sendo um curso pioneiro no Brasil. O Senhor Relator, -  
97.além de fazer um relato do curso aos Conselheiros, leu quais -  
98.as disciplinas que integrarão o mesmo. A seguir referiu-se ao  
99.parecer prévio emitido pelo Escritório de Desenvolvimento Aca  
100.dêmico; O estudo do presente processo exige, num primeiro mo-'  
101.mento, que se considere o embasamento legal para a criação do  
102.curso em apreço, uma vez que o mesmo não possui currículo míni  
103.mo aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Há dúvidas, nes  
104.te caso, sobre a necessidade de um pedido de autorização do  
105.Conselho Federal de Educação, com base no plano prévio do cur  
106.so. Considerando satisfeitas as exigências do art. 179 do Regi  
107.mento desta Universidade, apenas registramos que não foi pos  
108.sível examinar a qualificação e referência do corpo docente -  
109.responsável pelas disciplinas, de acordo com os critérios esta  
110.belecidos pela Resolução nº 20/77 do Conselho Federal de Educa  
111.ção, uma vez que não constam no processo a relação dos profes  
112.sores por disciplina e os respectivos curricula vitae. A Co  
113.missão do COCEPE deu o seguinte parecer: A Comissão manifesta  
114.-se favoravelmente à criação do Curso de Análise Política, que  
115.se reveste de caráter pioneiro no Brasil. No entanto, condi-'  
116.ciona seu efetivo oferecimento à manifestação das demais Unida  
117.des envolvidas no curso e a consulta informal ao Conselho Fed  
118.eral de Educação, quanto à necessidade de remessa prévia do pla  
119.no de curso. A matéria foi amplamente debatida e ao final a  
120.Senhora Presidente colocou em votação, sendo a mesma aprovada'  
121.por unanimidade. 19 - PROCESSO Nº 23110.002606/84-1 - PROJETO'  
122.DE CRIAÇÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA - A origem do referido Cur  
123.so é da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência entendendo es  
124.ta Pró-Reitoria que a Faculdade de Medicina deva sediar o refe  
125.rido curso por razões de sua afinidade com o curso de Medici-  
126.na. No que se refere a parte básica do curso esta estaria aten  
127.dida pelo Instituto de Biologia. A informação contida no pro-  
128.cesso do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico diz o sequin  
129.te: Julgando atendidas as exigências do art. 179 do Regimento  
130.desta Universidade, ressaltamos, apenas, o não cumprimento do  
131.disposto no art. 174, item II. Finalmente, cabe registrar que



20  
Fol

32.não constam do processo a relação de professores responsáveis'  
33.por disciplina e os respectivos currila vitae. O referido pro-  
34.cesso foi encaminhado ao Instituto de Biologia, onde foi soli-  
35.citado a manifestação da Unidade, quanto ao seu envolvimento '  
36.no processo. A Unidade manifestou-se assim: A respeito do soli-  
37.citado acima, informamos que devido a exigüidade do tempo para  
38.uma análise do Processo por parte dos Departamentos envolvi-  
39.dos, como é norma nesta Unidade, o Conselho Departamental reu-  
40.nido em 23.04.84, por unanimidade dos Conselheiros presentes, con-  
41.sidera-se, no momento, contrário ao envolvimento desta Unidade  
42.no Curso de Fisioterapia. Outrossim, sugere-se que o presente  
43.Processo retorne a esta Unidade, com prazo suficiente para uma  
44.análise adequada pelos Departamentos, para que os mesmos se ma-  
45.nifestem sobre suas possibilidades e necessidades para atender  
46.o referido Curso. A Comissão de Graduação dá o seguinte pare-'  
47.cer: A Comissão julga de alto interesse para a Universidade a  
48.criação do curso de Fisioterapia, dada a evidente necessidade'  
49.existente na região. Assim, face o atendimento quase completo'  
50.das exigências da Universidade, merece o projeto de curso ser'  
51.aprovado, manifestando-se a Comissão favoravelmente à criação'  
52.do aludido curso, condicionando no entanto, seu funcionamento'  
53.efetivo às outras Unidades nele envolvidas se manifestarem a  
54.respeito, além da Faculdade de Medicina, de onde se origina o  
55.processo. Especialmente, solicita o urgente re-estudo do as-'  
56.sunto por parte do Instituto de Biologia, conforme decisão de  
57.seu Conselho Departamental. Colocado em discussão o parecer do  
58.Relator, foi o mesmo aprovado por unanimidade. 20 - PROCESSO '  
59.Nº 23110.002414/84-5 - PROJETO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS  
60.- ALÉM DAS HABILITAÇÕES EM FÍSICA E MATEMÁTICA, licenciatura '  
61.plena deste curso. Tem origem no Instituto de Física e Matemá-  
62.tica. O Relator disse que o processo foi instruído com muita -  
63.rapidez em função do interesse louvável em fazer com que este '  
64.curso pudesse ingressar no vestibular deste ano. O processo '  
65.apresenta alguns problemas. Foi solicitado o parecer do Escri-  
66.tório de Desenvolvimento Acadêmico: Analisando o presente pro-  
67.cesso, entendemos não observadas as exigências do art. 179 do  
68.Regimento desta Universidade. Quanto à carga horária prevista,  
69.cabe lembrar que a mesma coincide com a estabelecida em lei. '  
70.No entanto, não deveria a mesma conter a relativa à ministra-  
71.ção de E P B I e II (60 horas-aula). Observamos, finalmente, '  
72.que não foi possível examinar a qualificação e suficiência do  
73.corpo docente responsável pelas disciplinas, de acordo com os  
74.critérios da Resolução nº 20/77 do Conselho Federal de Educa-  
75.ção, uma vez que não constam do processo a relação dos profes-  
76.sores por disciplina e os respectivos curricula vitae. Disse '  
77.ainda o Relator que nesta data de hoje, recebeu do Instituto '  
78.de Física e Matemática, por parte da Diretora do Instituto, -  
79.ementas, dizendo ainda que as mesmas não foram completas. A  
80.Comissão de Graduação emitiu o seguinte parecer: De fato o pro-  
81.jeto de curso apresenta muitos inconvenientes, alguns referi-  
82.dos pela Chefia do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da  
83.Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência. Assim, o art. 179 do  
84.Regimento Geral da Universidade resulta muito inadequadamente '  
85.atendido, como se verá. 1º - Inexistem referências sobre o tem  
86.po mínimo e máximo da integralização curricular; 2º - Inexis-  
87.tem referências à pré-requisitos e co-requisitos das discipli-  
88.nas integrantes do currículo do curso; 3º - Inexis-

11



203  
Jul

437.tem referências ao número de horas práticas e teóricas das dis-  
438.ciplinas; 4º - Inexistem referências às súmulas dos programas '  
439.das disciplinas das habilitações, quer as de Matemática, quer '  
440.as de Física, de curso. Ademais, inexistente qualquer manifestação  
441.formal das Unidades que não o Instituto de Física e Matemática '  
442.envolvidas no curso. Assim, dada a soma expressiva de lapsos -  
443.existentes no processo, a Comissão decide- e assim exara seu  
444.parecer - baixar o processo em diligência junto ao Instituto de  
445.Física e Matemática, para que sejam corrigidas as falhas aponta  
446.das. A matéria foi debatida entre os Conselheiros e ao final a  
447.Senhora Presidente colocou em votação, sendo o parecer do Rela- '  
448.tor aprovado por unanimidade. RELATORA: Conselheira Élide Minio  
449.ni - 21 - PROCESSO Nº 23110.001550/84-2 - FACULDADE DE DIREITO-  
450.Departamento de Direito Internacional - O processo diz respeito  
451.a solicitação de uma professora que pede para se afastar duran  
452.te o período de um ano para escrever um livro texto, para parte  
453.didática, prevendo o art. 227 do regimento da Universidade. O  
454.processo teve a tramitação normal, foi aprovado pelo Departamen  
455.to, pelo Conselho Departamental e foi anexado ao processo o pla  
456.no de aula, o plano de obra, ou seja, o conteúdo do que seria -  
457.escrito e mais o programa de Direito Internacional Públi-  
458.co I. Disse a Relatora que este não foi montado em forma de pro  
459.jeto. Disse ainda a Relatora que a professora neste momento se  
460.encontra gozando uma licença especial e esta seria até o dia 26  
461.de junho do corrente ano. O pedido para elaboração da obra se-  
462.ria a partir do dia 26 de junho, período de um ano em tempo in-  
463.tegral. A Comissão de Extensão reuniu-se e como suscitou bas-  
464.tante dúvidas quanto ao fato da referida professora estar em  
465.licença e afastada muitos anos da Universidade, então foi soli-  
466.citada a Procuradoria Jurídica o seguinte: Solicitamos parecer'  
467.jurídico em relação ao assunto em tela, bem como esclarecimen-  
468.tos quanto à situação de professor que, afastado há anos da Uni  
469.versidade Federal de Pelotas, e que ora se encontra em gozo de  
470.licença especial (de fevereiro p.p. até 26 de junho), solicita'  
471.nova licença a partir daquela data, afastando-se das atividades  
472.de ensino pelo prazo de (1) um ano, com a finalidade de escre-  
473.ver obra-texto de utilidade para o ensino. Após isto foi remeti  
474.do ao Departamento de Recursos Humanos para que o mesmo forne-  
475.cesse alguns subsídios para que pudessemos dar um parecer fi-  
476.nal. O que nos foi remetido pelo Departamento de Recursos Huma-  
477.nos foi o seguinte: INFORMAÇÃO: Pela Portaria nº 54, de 04.03.'  
478.74, colocado a disposição desta Universidade, sem ônus, mas sem  
479.prejuízo de seus vencimentos, em Brasília, a partir de 20.03.'  
480.74.- Pela Portaria nº 75, de 10.03.75, foi colocada a disposi-  
481.ção do Ministério das Relações Exteriores e do Conselho de Rei-  
482.tores, em Brasília.- Por ocasião de sua aposentadoria (CLT), -  
483.ocorrida em 31.05.81, ficou evidenciado em documentação existen  
484.te na Pasta de documentação da servidora, neste Departamento, t  
485.que a mesma exercia atividades junto a Fundação Universidade de  
486.Brasília, desde 20.03.74. Continuando a sua explanação a Relato  
487.ra disse que o parecer emitido pela Procuradoria Jurídica é o  
488.seguinte: Consoante o que possibilita o art. 227, II do Regimen  
489.to Geral da Universidade Federal de Pelotas, a professora Gilda  
490.Maciel Corrêa Mayer Russomano, titular da cadeira de Direito In  
491.ternacional Público, pertencente ao quadro estatutário, solici-



204  
Jes

542.ta licença pelo prazo de um ano para confecção de obra didáti-  
543.ca-científica. A proposta foi encaminhada ao COCEPE, com a de-  
544.vida aprovação do Departamento, conforme exige o aludido arti-  
545.go. Trata-se de professora integrante da carreira do magistê-  
546.rio. Estão, pois, presentes os requisitos para que a licença  
547.se viabilize. Há, no entanto, um ponto crucial, levantado pela  
548.Senhora Presidente da Comissão de Extensão do COCEPE, que con-  
549.sulta sobre a possibilidade de a licença em questão ser reque-  
550.rida na situação em que se encontra a requerente, ou seja, em  
551.goza de licença especial. Pareceria, à primeira vista, estar  
552.a requerente impedida de peticionar nesse sentido ou de prati-  
553.car qualquer outro ato da vida funcional. E, efetivamente, is-  
554.so se daria, fosse a mesma contratada pelo regime celetista.  
555.Configurar-se-ia, então, em caso de licença, uma suspensão do  
556.contrato de trabalho. Essa figura, no entanto, inexiste nas re-  
557.lações regidas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis  
558.da União. Nesses casos há a investidura no cargo, e as licen-  
559.ças que venham a ocorrer não modificam essa situação. O víncu-  
560.lo permanece inalterado. Ainda mais em se tratando de licença  
561.especial, que é um prêmio ao servidor, permanecendo este com  
562.todos os direitos e vantagens do cargo efetivo, incluso o di-  
563.reito de peticionar. Por derradeiro, tenha-se presente que a  
564.requerente solicitou a licença objeto desta consulta em 30 de  
565.janeiro do corrente ano, quando se encontrava em gozo de fê-  
566.rias, o que não altera em nada a situação. Saliente-se, ainda,  
567.que o fato de a peticionária encontrar-se ausente há vários  
568.anos da Universidade Federal de Pelotas deve-se a cedência ao  
569.Instituto Rio Branco, permanecendo igualmente inalterado o vín-  
570.culo. Pelo exposto julgo não haver nenhuma vedação de ordem le-  
571.gal à pretensão. Em função destes dados coletados, a Comissão  
572.deu o seguinte parecer: Segundo o que estabelece a Resolução  
573.01/79, ainda em vigor, no que tange a possibilidade de docente  
574.dedicar suas horas de trabalho para produzir material didático  
575.-científico, com carga de extensão, a Comissão não coloca  
576.nenhum obstáculo à pretensão do peticionário. Atente-se, no  
577.entanto, para as informações constantes no processo, oriundos  
578.do Departamento de Recursos Humanos e da Procuradoria Jurídica.  
579.ca. Ressalve-se, finalmente, que a Comissão de Extensão exime-  
580.-se de parecer sobre o conteúdo da obra a ser produzida (sua  
581.oportunidade, necessidade e características técnico-pedagógi-  
582.cas) em virtude de não ser Comissão técnica com essas atribui-  
583.ções. Colocado em discussão o parecer da Relatora, foi o mesmo  
584.amplamente discutido, sendo ao final aprovado pelos Conselhei-  
585.ros. Outro assunto discutido foi o referente a regulamentação  
586.de normas dentro do COCEPE para apresentação de uma obra. Fi-  
587.cou decidido pelos Conselheiros, que o assunto seria levado à  
588.consideração da Comissão de Extensão para elaboração de pare-  
589.cer sobre o assunto e na próxima reunião que se examine o mes-  
590.mo. Logo após a Senhora Presidente informou aos Conselheiros  
591.que o COCEPE deveria escolher entre seus componentes, seu re-  
592.presentante titular e suplente junto ao Conselho Universitário.  
593.rio. Convidou os Conselheiros Silvio Brauch e Maria Rosilaine  
594.Romero para que fizessem a apuração dos votos, que apresentaram  
595.o seguinte resultado: Representante Titular: Antonina Zulema  
596.D'Avila Paixão - 5 votos; Élio Kersten - 3 votos; Carmen Ansel

A



205  
JUL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

397.mi Duarte da Silva - 2 votos e Silvio Brauch - 1 voto. Suplente:  
398.Élio Kersten - 3 votos; Silvio Brauch - 5 votos; Antonina Zulema  
399.D'Avila Paixão - 1 voto e Rubens Bellora 1 voto. Ficaram eleitos  
400.como Titular Antonina Zulema D'Avila Paixão e como suplente -  
401.Silvio Brauch. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente  
402.deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, agradecendo a pre-  
403.sença de todos os Conselheiros. Para constar, eu  
404.Sued Ferreira Rodrigues, Secretário dos Conselhos Superiores, la  
405.vrei a presente Ata. Secretaria dos Conselhos Superiores, aos  
406.três dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e quatro.x

*Quindauer*

407. Aos sete dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e quatro  
408. dia, às dezoito horas e trinta minutos, no salão de festas  
409. realizou-se uma Reunião Ordinária do Conselho Superior de En-  
410. sino, da Pesquisa e da Extensão - COMPESE - da Universidade  
411. Federal de Pelotas. Presidiu a reunião a Prof.ª Cláudia Correa Langlois, Vice-  
412. Presidente. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Prof.  
413. Brasil Barbedo Antunes, Prof. Eduardo Alaguer Garcia, Prof. Dr.  
414. Benê Bellora, Prof. Élio Kersten, Prof. Silvio Brauch, Prof.  
415. Carmen Anselmi Duarte da Silva, Prof. Claudio Moraes Gomes,  
416. Prof.ª Antonina Zulema D'Avila Paixão e o Acadêmico Maurício  
417. Echert. Deixou de comparecer a Prof.ª Elide Miotani e a acadê-  
418. mica Maria Rosilaine Romero. Havendo lido o texto do Conselho  
419. Superior, a Senhora Presidente deu por lida a ordem do dia, passando  
420. imediato a ORDEM DO DIA - ITEM I - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO  
421. ANTERIOR - ATA 04/84 - Colocada em votação foi a seguinte proposta  
422. pela maioria, com a solicitação da Conselheira Carmen Anselmi  
423. Duarte da Silva de que se coloque à página 11, linha 301, o  
424. adendo feito pelo Conselheiro Rubens Bellora: "A Faculdade de  
425. Benê Bellora disse que é indiscutível a importância e compen-  
426. dia da Prof.ª Cláudia Correa Meyer Russomano, no sentido de desan-  
427. volver o trabalho proposto, pois o seu saber é público e notó-  
428. rio, assim como sua auto-projeção dentro desta área. A obra que  
429. está se propondo a escrever, viria enriquecer a bibliografia de  
430. que tange ao Direito Internacional. Vê que o programa que pre-  
431. tende desenvolver é exatamente aquele programa que é lecionado  
432. na Faculdade de Direito. Disse ainda o Conselheiro que as con-  
433. versas que tem tido com os integrantes deste Departamento estão  
434. demonstrando o grande interesse que tem para a disciplina a  
435. elaboração de um livro nos termos em que foi proposta a reu-  
436. nente junto o plano da obra ao programa das disciplinas de Di-  
437. reito Internacional Público I e II reforçando-se também que a  
438. disposição de vários capítulos se demonstrará em forma de apor-  
439. tar "in totum" o programa de Direito Internacional. Parece que  
440. seria uma grande contribuição que se prestaria a disciplina de  
441. Direito Internacional com a execução da obra nos termos em que  
442. está sendo proposto. É favorável ao deferimento da pretensão,  
443. entendendo que esta obra terá contribuições, principalmente, pa-  
444. ra a Faculdade de Direito no que tange ao ensino. A seguir  
445. Conselheira Carmen Anselmi Duarte da Silva solicitou a palavra  
446. esclarecendo que tinha uma questão de ordem a ser levantada,  
447. dizendo que examinando o relatório, de fato que se refere ao